

**ASSOCIAÇÕES ÉTNICAS E O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA  
DE JOVENS DESCENDENTES DE IMIGRANTES**

**Rosana Albuquerque**

**CEMRI / Universidade Aberta**

Comunicação apresentada no 1º Colóquio Intercultural “A Comunicação Entre Culturas”, organizado pelo Grupo SIETAR Portugal (*Society for Intercultural Education Training and Research*) - 9 e 10 de Maio de 2002, Almada, Portugal

## ASSOCIAÇÕES ÉTNICAS E O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS DESCENDENTES DE IMIGRANTES

### Resumo

Esta comunicação irá analisar a participação associativa dos jovens descendentes de imigrantes africanos em Portugal, abordando a participação associativa como forma de participação política e de conquista de espaços de cidadania.

Num primeiro momento, desenham-se os traços da emergência e da evolução das associações de imigrantes e dos seus descendentes, para nos debruçarmos a seguir sobre as estratégias desenvolvidas pelas associações étnicas juvenis, na última década do século XX (1990-2000).

A análise do movimento associativo juvenil irá destacar as oportunidades de integração social de grupos minoritários resultantes das políticas sociais inclusivas promovidas pelo Estado, colocando em contraponto a capacidade das associações se assumirem como actores da sociedade civil fundamentais ao reforço da cidadania em sociedades democráticas.

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| Introdução   | 4  |
| Evolução do movimento associativo de imigrantes                                      | 5  |
| Estratégias de intervenção das associações juvenis                                   | 8  |
| A participação política dos descendentes de imigrantes<br>e os desafios da cidadania | 11 |
| Conclusão  | 13 |
| Bibliografia   | 14 |

## *Introdução*

Subjacente aos processos migratórios, quer no quadro das migrações internacionais quer internas, está a criação de associações como forma de os migrantes assegurarem a satisfação de necessidades específicas sentidas no novo espaço de residência.

As associações de imigrantes assumem-se como espaços de manutenção das culturas de origem, bem como de expressões identitárias que se distinguem das da sociedade de acolhimento. Conhecer os grupos de imigrantes residentes num dado espaço terá de passar, também, por perscrutar as razões que conduzem à criação de associações, as estratégias desenvolvidas e as prioridades que norteiam a sua intervenção.

No caso português, considerando que os fluxos imigratórios de carácter mais antigo, permanente e regular têm origem em países africanos lusófonos, não é de admirar que a grande parte das associações de imigrantes existentes tenham nascido pela mão de indivíduos destes mesmos países. Seguindo o mesmo raciocínio, dada a concentração de população de origem imigrante na Área Metropolitana de Lisboa, é também aí que vamos encontrar a maioria das associações. Grande parte delas optou por uma designação genérica de “associação africana” ou “associação luso-africana”, abrangendo várias origens geográficas, muito embora existam associações identificadas unicamente com o país de origem dos seus membros. No entanto, mesmo as associações que se referenciam a uma única pertença geográfica não limitam a sua actividade à comunidade de origem.

Este texto irá esboçar, em traços largos, a emergência e o desenvolvimento das associações de imigrantes africanos em Portugal, para focalizar a sua atenção no associativismo protagonizado pelos jovens descendentes de imigrantes. A participação dos jovens luso-africanos nas associações é percebida como uma forma importante de participação política, no sentido de criar condições que facilitem a sua própria integração. Observa-se que o envolvimento em estruturas associativas permite aos jovens descendentes de imigrantes conquistar espaços de participação cultural, social e política, espaços esses privilegiados para expressar identidades sincréticas resultantes do seu complexo processo de socialização e, igualmente, confrontar a sociedade com os desafios da cidadania intercultural.

## *Evolução do movimento associativo de imigrantes*

O fenómeno associativo de imigrantes em Portugal, à semelhança de outros países europeus (Rex *et al*, 1987; Layton-Henri, 1990), foi-se desenvolvendo ao longo de várias etapas, condicionadas pela capacidade de mobilização dos grupos de imigrantes em torno de interesses comuns, por um lado, e pela interacção entre aqueles e a sociedade portuguesa. O movimento associativo evolui de par com as mudanças da própria sociedade e de acordo com as características do percurso migratório de cada grupo de imigrantes, sendo influenciado pela contingência de variáveis que operam nos processos de integração.

Tendo em conta este princípio de influência do contexto sociopolítico na emergência e evolução do associativismo imigrante, observamos três fases distintas da sua intervenção (Albuquerque *et al*, 2000: 36):

- desde meados de 1970 e durante toda a década de 80, ocorre uma fase de *intervenção social de emergência*;
- durante a primeira metade dos anos 1990, as associações reforçam o seu papel como *agentes da integração socioeconómica* das comunidades que representam;
- desde meados da década de 90, assiste-se a uma *maturação do movimento associativo*.

A ausência de medidas mais ou menos enquadradas por políticas de integração dos imigrantes até ao início de 1990, justifica que as primeiras associações que se constituíram tivessem como prioridade o apoio social aos recém-chegados, designadamente na procura de trabalho, de habitação e na regularização de documentos, além do desenvolvimento de actividades recreativas visando a criação de espaços de convívio entre conterrâneos.

Trata-se de associações informais que operavam em contextos muito localizados, raramente alargando a sua acção para fora das fronteiras do bairro onde se constituíam. As que ainda hoje subsistem formaram-se inicialmente como associações de moradores para resolver os inúmeros problemas dos bairros de construção ilegal que foram emergindo na periferia de Lisboa, sendo o caso, e a título de exemplo, da Associação Unidos de Cabo Verde (1983) e da Associação Cultural Moinho da Juventude (criada como pré-associação em 1983 e tendo formalizado a sua constituição em 1987). Ao contrário destas, temos a Associação Caboverdiana (criada em 1981 mas cuja origem remonta à casa de Cabo Verde, já constituída em 1970), que não orientou a sua intervenção para um bairro ou zona residencial em particular, mas antes se tem pautado por uma intervenção nacional, não obstante ter tido uma forte participação em actividades de alfabetização e de intervenção comunitária nos já bairros degradados, em conjunto com as outras associações existentes.

O rápido crescimento da imigração africana nos finais dos anos 80 e princípios de 1990 motivou um impulso do movimento associativo. Por um lado, as associações

constituídas anteriormente tinham vindo a adquirir uma importância notável na integração das suas comunidades e encontravam-se agora mais capazes de as representar, além de que o aumento do número de imigrantes estimulava a criação de associações com interesses distintos das associações da primeira fase. Por outro, o discurso político português era marcado pelo medo da invasão dos imigrantes e sua consequente hostilização, enquanto que a Europa comunitária se esforçava por reduzir as entradas de cidadãos terceiros, condições que incentivavam a união dos imigrantes na defesa dos seus direitos.

Face a um cenário político-social que considerava a imigração como um problema de controlo de fronteiras e descurava a integração dos imigrantes, a resposta das associações foi assumir o papel de mediadores entre os grupos de imigrantes e o poder político, passando da mera intervenção social para uma mais reivindicativa mobilização política. De um “grau zero de politização da etnicidade” (Machado, 1992) no princípio dos anos 90, passa-se para uma forte intervenção política no sentido de reclamar direitos de cidadania. Esta mobilização centrava-se na exigência da regularização de documentos, dado o elevado número de imigrantes em situação ilegal devido à dificuldade de obter autorização de residência. No entanto, o movimento associativo não esqueceu a bandeira da integração social, designadamente a integração escolar das gerações descendentes de imigrantes, ameaçada pela não preparação da escola para a diversidade de percursos da população discente.

As condições hostis da sociedade portuguesa naquele período – políticas restritivas à imigração, acompanhadas por uma recessão económica que levou a uma sensibilização negativa da opinião pública face aos imigrantes – provocaram um despertar das associações como actores políticos, as quais passaram a exercer uma acção de *lobby* que reclamava a concessão de mais e melhores direitos, sem os quais a batalha da cidadania estaria definitivamente perdida.

O crescendo da mobilização associativa teve o seu culminar na manifestação colectiva de protesto pelo assassinato por *skin-heads* de Alcindo Monteiro, cidadão português de origem caboverdiana, em 1995, que permitiu a união da multiplicidade de associações em torno de uma causa comum. As associações exigiam ao Estado que fizesse justiça e reconhecesse a igualdade de direitos, demonstrando o peso que detinham junto das comunidades que representavam, reflexo da pertinência e utilidade da sua intervenção ao longo da última década e meia.

É também em 1995 que se dá uma mudança no cenário político português, com a eleição de um novo governo. A criação, em 1996, do cargo de Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas será um ponto marcante para a evolução do movimento associativo, pois até à data não havia nenhum interlocutor estatal responsável pelo diálogo com associações e suas comunidades; com a instituição deste cargo, as associações passam a ter um mediador oficial nas suas relações com o Estado.

O novo enquadramento político baseia-se num continuado controlo da imigração e combate à imigração ilegal, de acordo com as orientações políticas europeias, ao mesmo tempo que se observa uma aposta bastante mais forte nas medidas de integração social e económica. Um factor importante a ter em conta é o reconhecimento por parte do Estado do valioso contributo que as associações tinham dado naqueles domínios. Estas

condições permitem criar um clima de maior positividade da opinião pública face à imigração.

Neste período observa-se um maior crescimento das associações de imigrantes. Estima-se que em 1990 existiam 10 associações de origem africana, enquanto que em 1996 esse número ascendia a 77, ao qual se podia acrescentar 10 associações de estudantes africanos (Correia, *cit.* Albuquerque *et al*, 2000: 37).

O desenvolvimento de um conjunto de documentos legais que davam forma a uma política de integração permitiu que as associações reconhecessem o Estado cada vez menos como um adversário e cada vez mais como um parceiro essencial. A oferta de possibilidades de acesso a financiamentos europeus para programas de intervenção social e o destaque que esses mesmos programas davam ao papel dos agentes da sociedade civil, abrangendo designadamente as associações de imigrantes, permitiu que estas alargassem a sua esfera de intervenção e reforçassem as suas capacidades de organização e de apoio às comunidades.

Com efeito, assiste-se neste período a um forte incremento das parcerias entre diferentes actores sociais (estruturas do governo central, autarquias, sindicatos e outras organizações da sociedade civil) que conduzem a um reconhecimento oficial do papel das associações de imigrantes nos processos de integração dos grupos que representam.

A combinação destes factores – medidas progressivas de integração, diálogo inter-institucional, maior receptividade à imigração – foi determinando que as associações descurassem o seu papel de agentes políticos e concentrassem os seus esforços na intervenção social, já não com o carácter de emergência de que se revestiu na primeira fase do movimento associativo, mas realçando o seu papel enquanto promotores do desenvolvimento socioeconómico das comunidades que representam. O movimento associativo imigrante chega, pois, à sua maturidade.

O amadurecimento da capacidade interventora das associações permites-lhe passar à fase de profissionalização, com a qual inauguram a entrada no século XXI. De facto, para aquelas que conseguiram beneficiar dos financiamentos europeus houve uma maior capacitação dos seus quadros e membros, um reforço da sua estrutura organizacional e financeira, uma maior possibilidade de planeamento a médio prazo e, enfim, o reforço das suas actividades e intervenção.

A moldura política que se desenha com as eleições para a Assembleia da República de 2002 irá certamente proporcionar novos rumos à intervenção associativa.

Do cenário traçado, podemos identificar três grandes domínios de intervenção das associações de origem imigrante (Albuquerque *et al*, 2000: 38):

- “ *domínio socioeconómico*, que se desdobra na realização de acções de educação não formal (como *ateliers* educativos para crianças ou *workshops* de dança para jovens), formação profissional (concretizada numa grande diversidade de cursos, estando os mais frequentes integrados no âmbito da mediação cultural mas desenvolvendo-se também cursos de técnicas empresariais ou de amas), prestação

de cuidados de saúde, melhoramento das condições dos bairros, promoção da prática desportiva, entre inúmeras outras actividades;

- *domínio cultural*, que se traduz na organização de actividades culturais como forma de conservar e transmitir a identidade cultural e que, frequentemente, estão articuladas com o domínio educativo (por exemplo, através da promoção de actividades para a conservação da língua materna);
- *domínio político-legal*, concretizado em acções desenvolvidas para a comunidade, assentes na informação sobre os direitos e deveres dos imigrantes, e em acções para a sociedade em geral e para o Estado em particular, ao defenderem e representarem os interesses das comunidades de origem imigrante, em que assumem o papel de interlocutor do Estado”.

### *Estratégias de intervenção das associações juvenis*

Toda a acção impulsionada pelas associações de imigrantes contou com o envolvimento de jovens, não só como destinatários dessas actividades mas também como participantes activos no seu planeamento e concretização.

Vimos que na primeira metade dos anos 1990, a luta pelos direitos de cidadania se centrou no combate à clandestinidade e na exigência de superação dos obstáculos administrativo-legais que dificultavam a regularização da situação dos imigrantes que solicitavam autorização de residência. No entanto, a exigência de direitos de cidadania tinha subjacente uma preocupação de mais longo prazo que se prendia com a integração efectiva das gerações descendentes, uma vez que o falhanço dessa integração iria perpetuar as condições propícias à exploração laboral e à discriminação dos grupos de origem imigrante.

Assim, uma das questões fundamentais que emerge na mobilização associativa da década de 90 diz respeito à integração das gerações descendentes de imigrantes. Tal não significa que antes desse período as associações não se envolvessem em actividades direccionadas para esse grupo, mas é a partir daí que se assiste a um maior impulso. Por um lado, as associações beneficiam dos já referidos apoios financeiros a projectos de integração de grupos desfavorecidos, que elegiam os jovens como um dos grupos alvo privilegiados. Por outro, enquanto que até essa data a presença de crianças e jovens de origem imigrante nas escolas portuguesas era reduzida, os anos 90 acordam para o problema do insucesso escolar e da discriminação destes jovens por parte de uma escola manifestamente monocultural, quer nos conteúdos pedagógicos quer nas atitudes dos professores, confrontados com a falta de preparação para trabalhar num contexto de diversidade cultural.

As associações agarram os problemas dos descendentes de imigrantes, centrando a sua atenção no domínio cultural através da realização de actividades culturais, de apoio escolar e de ocupação dos tempos livres e, com o apoio do Ministério da Educação e de



organizações não governamentais que intervinham na área da educação, promovendo projectos de educação intercultural nas escolas do ensino básico e do ensino secundário.

É na primeira metade dos anos 90 que nascem várias associações de jovens luso-africanos, ao mesmo tempo que se dá o reforço da sua participação activa nas associações já existentes. As associações de jovens têm a particularidade de não estarem organizadas com base numa origem étnica única, mas serem multiculturais, ao contrário de grande parte das associações de imigrantes.

Como vimos, o cenário sociopolítico do início dos anos 1990 conduziu a uma mais forte mobilização política do associativismo de imigrantes e a um maior confronto deste face às políticas do Estado. É também esta conjuntura que impele os jovens a criarem as suas próprias associações por forma a contrariarem as situações de desenraizamento, insucesso escolar e difícil inserção profissional dos descendentes de imigrantes. Por outro lado, os jovens de origem africana eram frequentemente conotados com actos de delinquência e violência, tendo surgido vários relatórios oficiais que apontavam os *gangs* de jovens negros como um dos principais problemas de segurança e ordem pública, o que suscitou um reforço do controlo policial nos bairros de forte concentração de população imigrante.

As associações juvenis são uma das estratégias dos descendentes de imigrantes para contrariarem estas imagens negativas, atacando em várias frentes: actividades dirigidas aos jovens envolvidos em actos de delinquência ou outras actividades ilícitas numa tentativa de enfrentar a sua marginalização; actividades de promoção de qualificações e competências com vista à melhor inserção no mercado de trabalho. Ambas tinham subjacente estratégias de promoção da participação social, cultural e económica das gerações descendentes de imigrantes.

As associações de jovens vão, assim, orientar a sua intervenção para manifestações culturais e acções de formação profissional. Vamos encontrar grande parte dos jovens envolvidos em grupos de dança e de música, pois é através da organização de eventos culturais que eles dão a conhecer à sociedade a sua especificidade cultural e tentam reduzir as barreiras impostas pelo desconhecimento da diferença, e a participar em acções de formação profissional em várias áreas, mas onde se destacam a intervenção comunitária e a mediação social.

As primeiras associações de jovens<sup>1</sup> constituíram-se quer como associações de bairro, tais como a *Associação de Jovens Promotores de uma Amadora Saudável - AJPAS* (fundada em 1993) e a *Associação Luso-Africana de Jovens*, da Pedreira dos Húngaros (1994), quer como associações nacionais, geralmente impulsionadas por estudantes universitários, caso da *Associação Luso-Africana Morna* (1994) e da *Associação CaboJovem* (1995).

A *Associação de Jovens Promotores de uma Amadora Saudável - AJPAS* nasceu no seguimento de um curso de animadores na área da saúde, para jovens das minorias étnicas, promovido no âmbito do projecto "*Cidades Saudáveis*", da Câmara Municipal

---

<sup>1</sup> A descrição das associações juvenis aqui apresentada é retirada, salvo pequenas alterações, da obra Albuquerque *et al*, 2000, pp. 54-55.

da Amadora. Esse curso abrangeu jovens residentes nos bairros das Fontainhas, Estrela d'África e 6 de Maio, tendo como objectivo principal formar um grupo de animadores que depois seria responsável por dinamizar actividades de sensibilização para os jovens em temas como o ambiente, a SIDA e a droga. Actualmente, para além das actividades de sensibilização em torno destes temas, existe um *Grupo de Voluntários* de apoio a doentes da SIDA/HIV e seus familiares, um *Grupo de Inserção Profissional* e grupos de dança e de teatro. O apoio da Câmara Municipal da Amadora traduziu-se também na cedência de um espaço — a *Loja Jovem* — onde a *AJPAS* está sediada mas que alberga também outras iniciativas de grupos informais de jovens, servindo, nomeadamente, de espaço para ensaio dos grupos de *rap* e de ponto de encontro e de convívio sempre aberto para os jovens da zona.

A *Associação Luso-Africana de Jovens* foi criada por alguns residentes no bairro da Pedreira dos Húngaros (Algés) para formalizar as actividades desportivas que já vinham a ser desenvolvidas com a população juvenil nele residente. A sua acção centrou-se na promoção do desporto como forma de proporcionar aos jovens a ocupação saudável do tempo livre, num meio fortemente marcado pela exclusão e pela delinquência juvenil. A preservação das culturas africanas motivou também a organização de várias actividades culturais dirigidas a toda a sua população, tendo-se constituído grupos de batuque e de dança. Actualmente, devido ao realojamento de grande parte da população do bairro, esta associação encontra-se inactiva.

A *Associação Cultural Luso-Africana MORNA* surge pelas mãos de um grupo de jovens residentes no bairro 6 de Maio (Amadora). Os graves problemas que esta zona enfrenta — espaço muito degradado, ausência de condições de salubridade e de higiene, tráfico de estupefacientes, desocupação juvenil e insucesso escolar — esteve na origem da vontade de criar uma associação que, embora tenha um âmbito nacional, actuasse localmente com os jovens mais desfavorecidos. Perspectivando o trabalho de combate ao racismo e à discriminação a partir do aumento de qualificações, quer escolares quer profissionais, a *MORNA* tem privilegiado a realização de cursos de formação profissional. Paralelamente, tem vindo a realizar colóquios e outras iniciativas similares tendo em vista o confronto de ideias e de experiências entre os jovens, a valorização da sua auto-estima e a promoção do respeito pela sua herança cultural, no sentido de contrariar o desenraizamento que muitos sentem e que, frequentemente, conduz a situações de delinquência e de desinteresse pela construção de um projecto de vida pessoal.

O confronto de ideias entre jovens luso-africanos e a facilitação da sua integração foram também as razões que estiveram na origem da criação da *Associação CaboJovem*, constituída por jovens estudantes universitários e jovens que tinham realizado cursos de animação cultural. Tendo em mente a preocupação de questionar a situação de discriminação vivida pelas gerações descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa, a *Associação CaboJovem* organiza em 1995 o colóquio "*Diferentes entre iguais?*", que ilustra simbolicamente as interrogações de parte da geração de dirigentes associativos que emergiram neste período. A dificuldade em obter financiamentos tem sido um obstáculo à realização de projectos há muito pensados, nomeadamente a criação de um centro de estudo e de apoio aos estudantes de origem africana.

Exemplo do impacto dos projectos de formação dirigidos a jovens e desenvolvidos por associações é também a *Associação de Jovens para a Intervenção Multicultural* (2000) nascida a partir de um curso de formação de mediadores sociais no bairro da Quinta do Mocho (Sacavém). Debatendo-se com dificuldades em conseguir um espaço e os equipamentos mínimos para iniciar um trabalho regular, esta associação conta, contudo, com a vitalidade de jovens oriundos de um meio socioeconómico desfavorecido e alvo de representações muito negativas para realizarem acções de combate à violência e à criminalidade dos jovens e, em simultâneo, permitirem aos jovens envolverem-se em actividades facilitadoras da sua inserção.

A existência de um número importante de estudantes universitários tem conduzido também à criação de associações de estudantes africanos, que promovem o apoio social aos mesmos, o convívio e a facilitação da estadia no país, sendo já um denominador comum das universidades portuguesas os *Núcleos de Estudantes Africanos*.

A evolução destas associações tem seguido as mestas tendências do restante movimento associativo. Se no princípio da sua formação existia uma mais forte politização através da rejeição das imagens negativas da sociedade, e concretamente do poder político, em relação aos jovens de origem africana, a entrada no século XXI faz-se com a atenção focalizada em estratégias de promoção das qualificações e, por conseguinte, de facilitação da inserção social. O combate aos estereótipos negativos e ao racismo faz-se pelo investimento nas competências de cada jovem, considerando-se que é na formação de cada um(a) e, conseqüentemente, do conjunto dos jovens que reside a força da sua integração.

#### *A participação política dos descendentes de imigrantes e os desafios da cidadania*

As associações de jovens luso-africanos nascem da necessidade que estes sentem em ter espaços autónomos que lhes permitam realizar as suas próprias iniciativas, sem os constrangimentos de uma associação com as regras de funcionamento já instituídas e subordinadas à lógica dos mais velhos. Os descendentes de imigrantes não são uma realidade homogénea, mas a sua mobilização em torno dos espaços associativos permite-lhes discutir, "de jovem para jovem", problemas comuns a partir de modos de sentir que são próprios de uma geração. Os cursos de animação e mediação cultural ou social que as associações têm realizado exerceram também alguma influência na conscientização perante as questões da integração, uma vez que estes cursos integram sempre uma quota parte de discussão sobre os problemas sentidos pelos jovens, tendo em vista a compreensão de formas de os ultrapassar e a valorização da sua auto-estima e das suas capacidades pessoais.

Esta nova geração de dirigentes associativos produz um discurso que, não sendo político no sentido restrito, é fortemente politizado. Ao mesmo tempo que questionam as suas próprias identidades, interrogam a sociedade sobre o lugar que esta lhes reserva e quais os direitos, e deveres, que lhes atribui. Ao privilegiarem o combate à exclusão social e à discriminação pela via do aumento das suas competências e do seu capital social,

colocam o dedo no cerne das causas da exclusão: a falta de iguais oportunidades no acesso à educação e ao trabalho dos jovens de minorias.

Mas apesar da criação de várias associações, os jovens organizam-se sobretudo em torno de grupos informais. A organização de festas, de concertos, de actividades culturais variadas assenta, sobretudo, em redes informais, não constituindo apenas momentos de lazer, mas também de discussão e de capacitação (*empowerment*) para enfrentarem as discriminações do quotidiano e, ao mesmo tempo, adquirirem consciência dos seus direitos e deveres de cidadania. Com estas actividades, contribuem para promover um conhecimento intercultural na sociedade portuguesa, manifestando assim o seu desejo de serem reconhecidos como cidadãos plenos, embora com percursos distintos do da maioria.

À semelhança do que se passa no movimento associativo de imigrantes no geral, a seriedade e a qualidade da intervenção associativa juvenil tem permitido o nascimento de novos líderes que, à semelhança dos “veteranos”, obtiveram o reconhecimento e o respeito das comunidades a que pertencem e das instituições oficiais.

Apesar de não existir uma concertação de acções entre as várias associações de jovens, que trabalham muito isoladamente, nem entre este tipo de actividade e as acções realizadas por grupos informais, as novas gerações de luso-africanos, através das associações, da arte, das subculturas juvenis de rua, da música, estão a conquistar, a pouco e pouco, um espaço de cidadania, contrariando as imagens negativas que no início da década de 90 dominavam a opinião pública e chamavam a atenção das instituições políticas.

Às sociedades democráticas coloca-se hoje o desafio de saber como praticar a igualdade face à diversidade de origens, percursos e projectos do conjunto dos seus cidadãos e como assegurar a integração de todos os grupos que a constituem.

O envolvimento dos jovens de origem africana em associações pode ser considerado, por si só, um sinal de que desejam participar activamente na sociedade de que fazem parte, não se resignando às situações de discriminação e exclusão de que são alvo. Tendo a possibilidade de optar por uma estratégia passiva de conformismo à situação ou por uma estratégia reactiva violenta, envolvendo-se como muitos jovens em actos de delinquência e em actividades ilícitas para a sua subsistência económica, preferiram escolher a participação política por via do associativismo étnico.

Vimos que as associações criadas por jovens descendentes de imigrantes servem os dois grandes propósitos das associações étnicas – expressão de identidades culturais e integração social dos grupos que representam. As estratégias desenvolvidas visam, então, a conquista de direitos de cidadania e implicam o lançar de alicerces para a participação cívica e política, no seu sentido mais alargado, das gerações descendentes de imigrantes que, de facto, constituem as novas gerações de cidadãos portugueses.

A liberdade de associação é um direito concedido pelas democracias. Assim, o associativismo étnico, quando evita o isolamento e se orienta para o diálogo com a sociedade, estabelecendo pontes entre os vários grupos que a constituem, pode ser considerado como uma estratégia de produção de interculturalidade. Tal é o caso da

participação associativa das gerações descendentes de imigrantes em Portugal. Por outro lado, estes jovens, pela multiculturalidade dos seus percursos e pelo sincretismo das suas pertenças, constituem um desafio à cidadania no contexto das sociedades democráticas. A resposta da sociedade deverá coincidir com uma cidadania intercultural que respeite a pluralidade de referências dos indivíduos e permita a construção de múltiplos espaços de intervenção social e política.

### *Conclusão*

A multifuncionalidade do associativismo étnico permite eleger as associações como meio de expressão e produção de diversidades culturais e como promotores da integração social e da participação política dos grupos que representam.

Observámos que depois de uma fase de forte intervenção social, muitas vezes com carácter meramente assistencial, as associações de imigrantes em Portugal focalizaram-se na mobilização política, ao reivindicarem o alargamento e o aprofundamento dos direitos de cidadania. As associações de jovens descendentes de imigrantes nascem num período de forte contestação política e, à semelhança das outras associações, entram no século XXI elegendo como prioridade estratégica o ataque às causas da exclusão e da discriminação dos grupos minoritários. A seriedade e a qualidade da sua intervenção permitiu-lhes assumirem-se como parceiros privilegiados do Estado, autarquias e organizações da sociedade civil nas políticas de promoção da igualdade de oportunidades e de integração social dos grupos desfavorecidos.

Após um período em que os vários actores envolvidos na integração dos imigrantes e seus descendentes operavam isoladamente e na ausência de diálogo inter-institucional, opera-se uma mudança em finais da década de 90, com o reconhecimento das associações como parceiros privilegiados no desenvolvimento social e económico dos grupos de imigrantes.

Considerando que a conjuntura político-social condicionou claramente as respostas das associações, a nova moldura política que se desenha abre a possibilidade de mudanças ao nível do diálogo inter-institucional e das estratégias dos actores da sociedade civil. Com efeito, a intervenção política do Estado, criando condições que favorecem ou dificultam a participação cívica e social, constitui uma variável condicionante da acção colectiva dos cidadãos e, neste caso em particular, dos grupos de imigrantes e seus descendentes. Uma vez que as associações de descendentes de imigrantes, bem como o associativismo de imigrantes em geral, se encontram numa etapa de maturidade, caracterizada pelo profissionalismo e reforço de capacidades de actuação e de problematização das situações vividas pelos grupos de origem imigrante, estão bem posicionadas para enfrentarem o Estado na definição de políticas conducentes à satisfação das necessidades dos grupos que representam.

A evolução do movimento associativo irá, assim, depender dos novos equilíbrios tecidos entre a diversidade de actores com responsabilidade na integração dos imigrantes e seus descendentes.

## BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Rosana de Lemos de Sousa. *A identidade pessoal de jovens luso-africanos. Contributo para o seu estudo*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996.
- Albuquerque, Rosana, *et al.* *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*, Oeiras, Celta, 2000.
- Layton-Henri, Zig. «Immigrant associations», Layton-Henri (ed.) *The political rights of migrant workers in Western Europe*, London, SAGE, 1990, pp. 94-112.
- Rex, John; Joly, Danièle; Wilpert, Czarina (orgs.). *Immigrant associations in Europe*, Aldershot, Gower/European Science Foundation, 1987.
- Machado, Fernando Luís. “Etnicidade em Portugal. Contrastes e politização”, *Sociologia-Problemas e Práticas*, 12, 1992, pp. 123-136.
- Owen, Tim. “NGO-Government partnerships”, *Journal of International Migration and Integration*, winter/hiver, vol 1, 1, 2000, pp. 131-137.